SUMÁRIO

PARTE I
TEORIA COM DICAS PRÁTICAS

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	25
1.1. Introdução	25
1.2. Vigência da Lei nº 11.343/06.....	26
1.2.1. Retroatividade benéfica	26
1.2.2. Combinação de leis para beneficiar o réu.....	26
1.3. Definição de drogas	28
1.3.1. Conceito legal	28
1.3.2. (In)constitucionalidade do conceito legal de drogas.....	31
1.3.3. Irretroatividade da norma complementar.....	32
1.4. Proibição geral às drogas e exceções	33
2. DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS.....	39
2.1. Finalidades.....	39
2.2. Princípios	39
2.3. Objetivos	40
2.4. Organização	40
2.5. Da formulação das políticas sobre drogas	42
2.5.1. Do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas	42
2.5.2. Dos conselhos de políticas sobre drogas.....	42
2.6. Do acompanhamento e da avaliação das políticas sobre drogas.....	43
3. DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E DEPENDENTES DE DROGAS	45
3.1. Da prevenção	45
3.1.1. Das diretrizes	45
3.1.2. Da Semana Nacional de Políticas sobre Drogas	46

3.2. Das atividades de prevenção, tratamento, acolhimento e de reinserção social e econômica de usuários ou dependentes de drogas	47
3.2.1. Da educação na reinserção social e econômica	48
3.2.2. Do tratamento do usuário ou dependente de drogas.....	48
3.2.2.1. Da internação	48
3.2.3. Do plano individual de atendimento.....	49
3.2.4. Do acolhimento em comunidade terapêutica acolhedora.....	51
3.3. Dos crimes e das penas	52
3.3.1. Introdução	52
3.3.2. Porte de drogas para consumo pessoal	52
3.3.2.1. Tipificação legal	52
3.3.2.2. Natureza jurídica	55
3.3.2.3. Bem jurídico	56
3.3.2.4. Sujeitos do crime.....	57
3.3.2.5. Ação penal	57
3.3.2.6. Reincidência	57
3.3.2.7. Princípio da insignificância	59
3.3.2.8. Da inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas.....	60
3.3.2.9. Critérios legais para determinar se a droga é para consumo pessoal.....	63
3.3.2.10. Ônus da prova	66
3.3.2.11. Posse de drogas ilícitas nas dependências de administração militar.....	66
3.3.2.12. Detração analógica virtual.....	68
3.3.3. Cultivo de drogas para consumo pessoal	69
3.3.3.1. Tipificação legal.....	69
3.3.4. Das penas.....	70
3.3.4.1. Das possíveis penas	70
3.3.4.2. Advertência.....	72
3.3.4.3. Prestação de serviços à comunidade.....	72
3.3.4.4. Consequências do descumprimento da pena	73
3.3.4.5. Tratamento especializado	75
3.3.4.6. Retroatividade benéfica	76
3.3.4.7. Crimes de menor potencial ofensivo.....	76
3.3.4.8. Competência do Jecrim.....	76

3.3.4.9. Momento processual para aplicação da pena	77
3.3.4.10. Prazo máximo das penas	78
3.3.4.11. Prescrição.....	79
3.3.4.12. Cabimento de habeas corpus	80
4. DA REPRESSÃO À PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS.....	81
4.1. Disposições gerais.....	81
4.1.1. Da destruição de plantações ilícitas	81
4.1.2. Expropriação de glebas cultivadas com plantações ilícitas	82
4.2. Dos crimes.....	83
4.2.1. Tráfico de drogas (art. 33, <i>caput</i>)	84
4.2.1.1. Tipificação legal	84
4.2.1.2. Bem jurídico	87
4.2.1.3. Sujeitos	88
4.2.1.4. Prova pericial	88
4.2.1.5. Princípio da insignificância	94
4.2.1.6. Crime permanente	95
4.2.1.7. Sanção penal.....	114
4.2.2. Tráfico de matéria-prima, insumos ou produtos químicos destinados à preparação de drogas (art. 33, § 1º, inc. I).....	115
4.2.2.1. Tipificação legal	115
4.2.2.2. Bem jurídico	116
4.2.2.3. Sujeitos	117
4.2.2.4. Prova pericial	117
4.2.2.5. Sementes de plantas destinadas à preparação de droga	117
4.2.2.6. Princípio da insignificância	118
4.2.2.7. Sanção penal.....	119
4.2.3. Cultivo de plantas para o tráfico de drogas (art. 33, § 1º, inc. II)	119
4.2.3.1. Tipificação legal	119
4.2.3.2. Bem jurídico	120
4.2.3.3. Sujeitos	120
4.2.3.4. Prova pericial	121
4.2.3.5. Sanção penal.....	121
4.2.4. Utilização de local para fins de tráfico de drogas (art. 33, § 1º, inc. III)	121

4.2.4.1.	Tipificação legal	121
4.2.4.2.	Bem jurídico	122
4.2.4.3.	Sujeitos	122
4.2.4.4.	Sanção penal.....	122
4.2.5.	Venda ou entrega de drogas, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas a agente policial disfarçado (art. 33, § 1º, inc. IV)	122
4.2.5.1.	Tipificação legal	122
4.2.5.2.	Bem jurídico	124
4.2.5.3.	Sujeitos	124
4.2.5.4.	Sanção penal.....	124
4.2.6.	Participação no uso indevido de drogas (art. 33, § 2º)	124
4.2.6.1.	Tipificação legal	124
4.2.6.2.	Movimento da “marcha da maconha”	125
4.2.6.3.	Bem jurídico	126
4.2.6.4.	Sujeitos	126
4.2.6.5.	Sanção penal.....	126
4.2.7.	Cessão gratuita e eventual de drogas para consumo compartilhado (art. 33, § 3º)	127
4.2.7.1.	Tipificação legal	127
4.2.7.2.	Sanção penal.....	129
4.2.8.	Tráfico privilegiado – causa de diminuição de pena (art. 33, § 4º)	130
4.2.8.1.	Tipificação legal	130
4.2.8.2.	Crime comum	143
4.2.8.3.	Substituição por penas restritivas de direitos	145
4.2.8.4.	Fração de redução da pena	146
4.2.9.	Tráfico de maquinários para fabricação de drogas (art. 34)	148
4.2.9.1.	Tipificação legal	148
4.2.9.2.	Bem jurídico	151
4.2.9.3.	Objeto material	151
4.2.9.4.	Prova pericial	152
4.2.9.5.	Incidência da causa de diminuição de pena (art. 33, § 4º) ...	152
4.2.9.6.	Sanção penal.....	152
4.2.10.	Associação para fins de tráfico e associação para financiamento ou custeio ao tráfico (art. 35)	153

4.2.10.1. Tipificação legal	153
4.2.10.2. Bem jurídico.....	156
4.2.10.3. Sujeitos	157
4.2.10.4. Sanção penal.....	157
4.2.11. Financiamento ou custeio ao tráfico de drogas (art. 36)	157
4.2.11.1. Tipificação legal	157
4.2.11.2. Bem jurídico.....	159
4.2.11.3. Sujeitos	159
4.2.11.4. Sanção penal.....	159
4.2.12. Colaboração como informante (art. 37)	159
4.2.12.1. Tipificação legal	159
4.2.12.2. Bem jurídico.....	160
4.2.12.3. Sujeitos	161
4.2.12.4. Sanção penal.....	161
4.2.13. Prescrição ou ministração culposa de drogas (art. 38)	162
4.2.13.1. Tipificação legal	162
4.2.13.2. Bem jurídico.....	162
4.2.13.3. Sujeitos	162
4.2.13.4. Sanção penal.....	163
4.2.14. Condução de embarcação ou aeronave sob a influência de drogas (art. 39).....	163
4.2.14.1. Tipificação legal	163
4.2.14.2. Bem jurídico.....	164
4.2.14.3. Sujeitos	164
4.2.14.4. Sanção penal.....	164
4.3. Das causas de aumento de pena.....	165
4.3.1. Hipóteses legais	165
4.3.2. Pluralidade de causas de aumento.....	166
4.3.3. Transnacionalidade do delito	167
4.3.4. Abuso de função pública, missão educação, poder familiar, guarda ou vigilância	169
4.3.5. Dependências ou imediações de locais onde haja facilidade de disseminação do consumo de drogas em virtude da maior concentração de pessoas	169

4.3.6.	Execução do crime com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva	175
4.3.7.	Tráfico entre os estados da federação ou entre estes e o Distrito Federal.....	177
4.3.8.	Envolvimento de criança ou adolescente ou de quem tenha diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação	178
4.3.9.	Financiamento ou custeio da prática do crime	179
4.4.	Da colaboração premiada	180
4.4.1.	Previsão legal.....	180
4.4.2.	Colaboração premiada e delação premiada	181
4.4.3.	Colaboração premiada e confissão espontânea	182
4.4.4.	Valor probatório	183
4.4.5.	Colaboração premiada e acordo de colaboração premiada	188
4.4.6.	Competência para homologação	190
4.4.7.	Recurso contra decisão que recusa homologar	190
4.5.	Da fixação da pena privativa de liberdade.....	191
4.5.1.	Primeira fase.....	191
4.5.2.	Segunda fase.....	201
4.5.3.	Terceira fase.....	211
4.5.4.	Fixação do regime inicial de cumprimento de pena	214
4.5.4.1.	Dos regimes prisionais	214
4.5.4.2.	Regime fechado	214
4.5.4.3.	Regime semiaberto	215
4.5.4.4.	Regime aberto.....	216
4.5.4.5.	Regime inicial dos crimes hediondos e equiparados.....	219
4.5.4.6.	Regime inicial do tráfico privilegiado	221
4.5.5.	Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos ..	227
4.5.5.1.	Requisitos	227
4.5.5.2.	Da prestação pecuniária.....	228
4.5.5.3.	Da perda de bens e valores	228
4.5.5.4.	Da limitação de fim de semana.....	228
4.5.5.5.	Da prestação de serviços à comunidade.....	228
4.5.5.6.	Da interdição temporária de direitos	229
4.5.5.7.	Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	229

4.6.	Da fixação da pena de multa.....	234
4.6.1.	Critério legal.....	234
4.6.2.	A pena de multa e a extinção da punibilidade.....	235
4.7.	Das vedações.....	237
4.7.1.	Introdução.....	237
4.7.2.	Fiança e liberdade provisória.....	238
4.7.3.	Graça, anistia e indulto.....	240
4.7.3.1.	Anistia.....	241
4.7.3.2.	Graça.....	242
4.7.3.3.	Indulto.....	242
4.7.4.	Penas restritivas de direitos.....	242
4.7.5.	“Sursis”.....	244
4.8.	Da progressão de regime.....	245
4.8.1.	Introdução.....	245
4.8.2.	Requisito objetivo da progressão nos crimes comuns antes da Lei nº 13.964/19.....	246
4.8.3.	Requisito objetivo da progressão dos crimes hediondos e equiparados antes da Lei nº 11.464/07.....	246
4.8.4.	Requisito objetivo da progressão dos crimes hediondos e equiparados antes da Lei nº 13.964/19.....	247
4.8.5.	Progressão especial.....	249
4.8.6.	Quadro comparativo dos requisitos objetivos da progressão antes da Lei nº 13.964/19.....	252
4.8.7.	Requisito objetivo da progressão após a vigência da Lei nº 13.964/19.....	253
4.8.8.	Progressão para os crimes previstos na Lei de Drogas.....	261
4.8.9	Da progressão por salto.....	262
4.8.10.	Progressão de regime para condenados por crimes com diversas frações.....	263
4.8.11.	Progressão nas condenações superiores a 40 anos.....	263
4.8.12.	Requisito subjetivo da progressão de regime.....	264
4.8.13.	A falta disciplinar grave e seus reflexos na progressão.....	270
4.8.14.	Custódia cautelar como marco inicial para progressão de regime..	271
4.8.15.	Data-base para progressão ao regime aberto.....	272
4.8.16.	Data-base para progressão ao regime aberto a partir do último exame criminológico favorável.....	273

4.8.17. Data-base para progressão a partir da falta grave	275
4.8.18. Data-base para progressão a partir da reabilitação da falta grave..	276
4.8.19. Data-base para progressão a partir da soma/unificação das penas	276
4.8.20. Pagamento da multa penal como condição da progressão	277
4.8.21. Progressão de regime e preso estrangeiro	279
4.8.22. Progressão de regime e cumprimento de pena em penitenciária federal de segurança máxima	280
4.8.23. Gravidade abstrata do delito e longa pena a cumprir	281
4.9. Do livramento condicional.....	282
4.9.1. Introdução	282
4.9.2. O livramento condicional na Lei de Drogas.....	283
4.9.2.1. Requisitos	283
4.9.2.2. Livramento condicional e associação para fins de tráfico.....	292
4.9.2.3. Livramento condicional para os crimes dos artigos 33, §§ 2º, 3º, 4º, 38 e 39 da Lei de Drogas	293
4.9.2.4. Prazo para condenações superiores a 40 anos.....	294
4.10. Da inimputabilidade.....	295
4.10.1. Requisitos legais.....	295
4.10.2. Procedimento.....	296
4.11. Do procedimento penal	298
4.11.1. Dois possíveis ritos processuais	298
4.11.2. Do rito sumaríssimo da Lei nº 9.099/95	299
4.11.2.1. Introdução	299
4.11.2.2. Flagrante e termo circunstanciado.....	300
4.11.2.3. Medidas cautelares diversas da prisão	301
4.11.2.4. Composição civil e transação penal.....	301
4.11.2.5. Oferecimento de denúncia.....	306
4.11.2.6. Citação	307
4.11.2.7. Audiência de instrução e julgamento	307
4.11.2.8. Dos recursos	308
4.11.2.9. Resumo do rito	310
4.11.3. Rito da Lei de Drogas	310
4.11.3.1. Da prisão em flagrante	310
4.11.3.2. Flagrante preparado.....	314
4.11.3.3. Flagrante esperado.....	316

4.11.3.4. Da destruição das drogas	316
4.11.3.5. Análise judicial do auto de prisão em flagrante	317
4.11.3.6. Competência	337
4.11.3.7. Audiência de custódia.....	346
4.11.3.8. Conclusão do inquérito policial.....	353
4.11.3.9. Agente infiltrado	356
4.11.3.10. Ação controlada	360
4.11.3.11. Medidas protetivas da Lei de Proteção às Testemunhas	362
4.11.3.12. Manifestação do Ministério Público	363
4.11.3.13. Arquivamento do inquérito policial.....	364
4.11.3.14. Acordo de não persecução penal.....	365
4.11.3.15. Notificação do acusado para apresentação de defesa preliminar	381
4.11.3.16. Diligências antes do juízo de admissibilidade da denúncia ...	384
4.11.3.17. Rejeição da denúncia.....	384
4.11.3.18. Absolvição sumária	385
4.11.3.19. Recebimento da denúncia	385
4.11.3.20. Citação do réu	388
4.11.3.21. Suspensão condicional do processo	388
4.11.3.22. Audiência de instrução	396
4.11.3.23. Recolhimento à prisão para apelar.....	405
4.11.3.24. Resumo do rito	406
4.12. Da apreensão, arrecadação e destinação de bens do acusado	406
4.12.1. Da apreensão de bens	406
4.12.2. Da alienação de bens	409
4.12.3. Do uso provisório dos bens.....	411
4.12.4. Destinação final dos bens.....	411
5. DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	415

PARTE II
MODELOS DE PETIÇÕES

1. ALEGAÇÕES FINAIS ESCRITAS	419
1.1. Absolvição – Tráfico e Associação – Dosimetria penal.....	419
1.2. Absolvição – Tráfico Privilegiado – Dosimetria penal	425

2. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL	431
2.1. Retificação do cálculo – retroatividade da Lei nº 13.964/19	431
3. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL	435
3.1. TRÁFICO PRIVILEGIADO E REGIME INICIAL	435
4. APELAÇÃO.....	439
4.1. ABSOLVIÇÃO – DESCLASSIFICAÇÃO PARA ART. 28 – DOSIMETRIA DE PENA – REGIME PRISIONAL – modelo 1.....	439
4.2. ABSOLVIÇÃO – DESCLASSIFICAÇÃO PARA ART. 28 – DOSIMETRIA DE PENA – REGIME PRISIONAL – modelo 2.....	447
4.3. Absolvição – Dosimetria de pena – Regime inicial	454
4.4. Desclassificação para art. 28 – dosimetria de pena – regime inicial.....	462
5. CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO	469
5.1. ASSOCIAÇÃO PARA FINS DE TRÁFICO.....	469
6. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	473
6.1. Acórdão omissivo quanto a tese de tráfico privilegiado.....	473
7. HABEAS CORPUS	475
7.1. STJ – Dosimetria penal – Tráfico privilegiado – Regime inicial.....	475
7.2. STJ – Erro no cálculo das frações do tráfico privilegiado	482
7.3. TJ – Direito de recorrer em liberdade	485
7.4. TJ – prisão preventiva de ofício.....	489
7.5. - TJ – Prisão preventiva – gravidade abstrata	492
7.6. TJ – prisão preventiva – pequena quantidade de drogas	497
7.7. TJ – Regime fechado sem fundamentação	500
7.8. TJ – Relaxamento flagrante (atipicidade) e liberdade provisória	504
7.9. TJ – Relaxamento flagrante (invasão domicílio) e liberdade provisória	507
8. MANIFESTAÇÕES ORAIS.....	513
8.1. Audiência de custódia.....	513
8.1.1. Relaxamento de prisão em flagrante e liberdade provisória 1.....	513
8.1.2. Relaxamento de prisão em flagrante e liberdade provisória 2.....	514
8.1.3. Relaxamento de prisão em flagrante e liberdade provisória 3.....	514
8.2. Audiência de instrução – debate	515

8.2.1. Absolvição por falta de provas e dosimetria penal.....	515
8.2.2. Nulidade por invasão de domicílio – Desclassificação para porte – Dosimetria penal	516
9. PETIÇÕES DIVERSAS	519
9.1. aplicação do hc 596.603 do STJ – regime fechado em tráfico privilegiado	519
9.2. impugnação ao cálculo de penas – tráfico privilegiado é crime comum	524
9.3. Juntada de comprovante de pagamento de fiança	525
9.4. Juntada de procuração	526
9.5. Pedido de expedição de guia de recolhimento	527
9.6. Pedido de livramento condicional.....	528
9.7. PEDIDO DE PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL	529
9.8. pedido de retificação de cálculo de penas.....	530
9.9. Pedido de revogação de preventiva.....	532
9.10. Renúncia de mandato	533
10. RECLAMAÇÃO	535
10.1. DESCUMPRIMENTO DO HC Nº 596.603 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	535
11. RECURSO ESPECIAL	541
11.1. Tráfico privilegiado e regime inicial.....	541
12. RESPOSTA PRELIMINAR.....	547
12.1. Falta de justa causa e especificação de provas	547
13. RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA.....	549
13.1. Restituição de aparelho de telefonia celular	549
14. REVISÃO CRIMINAL.....	551
14.1. Erro na dosimetria da pena.....	551
14.2. Atipicidade do artigo 34 da LD e erro na dosimetria da pena.....	556